

ESTADO ABSOLUTO E ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS: AS ESCOLAS RÉGIAS (1772-1794), NA TESE DE ÁUREA ADÃO (1997)

Maria Juraci Maia Cavalcante

Resumo

A análise aqui apresentada do estudo de Áurea Adão sobre as Aulas Régias instituídas pela política pombalina, na segunda metade do século XVIII, integra uma pesquisa mais ampla sobre a História educacional portuguesa. A obra enfocada tem qualidades em demasia para que entendamos o significado muito especial que adquiriu, no conjunto de iniciativas daquela historiografia, seja por tratar a História como ofício, atenta às exigências de rigor metodológico, o que é demonstrado pelo modo como lida com as fontes documentais e suas lacunas; seja pela atitude de cautela que adota em suas explicações e avaliações do significado da Reforma de Pombal e dos seus desdobramentos no Reinado de D. Maria, em relação ao ensino elementar e no confronto estabelecido com a historiografia consultada. A sua posição como historiadora parece ser de equilíbrio permanente, evitando reproduzir juízos ideológicos muito comuns que recaem em apologias claras ou críticas infundadas, porque se apoia na leitura interrogativa das fontes escolhidas e no confronto historiográfico, no que respeita à busca de entendimento acerca da influência recebida por aquela reforma do ambiente ideológico e político da Europa iluminista no período analisado. Considerado do ponto de vista temporal, o seu estudo, embora esteja centrado no curto período já assinalado, se apoia claramente numa habilidosa estratégia de recuos e avanços, que a leva a reconstruir a reforma Pombalina, a partir do confronto entre os seus antecedentes e dinâmica posterior ao reinado de D. José, para examinar de onde aquela reforma partiu em termos de estrutura escolar e aonde chegou, na fase posterior à queda do Ministro Pombal, recriando, assim, a tríade passado/presente/futuro como lugar de observação da história e evitando a narrativa de base cronológico-linear, tão comum aos estudos de história educacional baseados em fontes documentais e arquivos oficiais.

Palavras-chave: História da educação; Aulas Régias; Aurea Adão.

**ABSOLUTIST STATE AND ALPHABETIZATION
CLASSES: ESCOLAS RÉGIAS (1772-1794), AS
POSTULATES ÁUREA ADÃO (1997)**

Abstract

The study of Aurea Adão regarding the “aulas régias”, which were instituted by pombalina reform in the second half of the XVIII century, presented in this study is part of a larger research about the Portuguese Educational History. The object of that study has too many qualities which make clear why it was so relevantly considered among many other findings in that historiography, either for treating history as a trade, taking into consideration its methodologies, which can be shown by the way documental sources and gaps are dealt with, or for the author’s prudence in the explanations and evaluations about the meaning of the Pombal Reform and its developments in the Reign of D. Maria, regarding elementary school, and in the confrontation with the consulted historiography. The position of the author, as a historian, shows a steady balance when she tries to understand the influence received by the reform in the ideological and political environment of Illuminist Europe, avoiding ideological judgments, which produce clear eulogy or unfounded critics. If we look at it from the perspective of time, her study, although centered in a short period of time, is clearly supported on a strategy to look both at the past and future, which allows her to reconstruct the Pombalina reform from the confrontation between what was happening before it and its future dynamic in the Reign of D. José. She examined the school structure where the reform originated and what happened with the end of the career of Pombal Minister, recreating the past/present/future as a place to be observed in history, avoiding the linear-chronological narrative, usually observed in studies of educational history that are based on official documents and archives.

Keywords: History of Education; Aulas Régias; Aurea Adão.

**ESTADO ABSOLUTO Y ENSEÑANZA DE LAS
PRIMERAS LETRAS: LAS ESCUELAS RÉGIAS (1772-
1794), EN LA TESIS DE ÁUREA ADÃO (1997)**

Resumen

El análisis aquí presentado sobre el estudio de Áurea Adão de las clases Régias instituidas por la política pombalina, en la segunda mitad del siglo XVIII, integra una pesquisa mas amplia sobre la História educacional portuguesa. La obra enfocada contiene cualidades por demás para que podamos entender el significado muy especial que adquirió, en el conjunto de iniciativas de aquella historiografía, sea por tratar la Historia como oficio, atenta a las exigencias de rigor metodológico, lo que es demostrado por el modo

como lida con las fuentes documentales y sus lacunas; sea por la actitud de cautela que adopta en sus explicaciones y evaluaciones del significado de la Reforma de Pombal y de sus divisiones en el Reinado de D. Maria, en relación a la enseñanza elemental y en confronto establecido con la historiografía consultada. Su posición con la historiadora parece ser de equilibrio permanente, evitando reproducir juicios ideológicos muy comunes que recaen en apoloías claras o críticas infundadas, porque se apoya en la lectura interrogativa de las fuentes elegidas y en el confronto historiográfico, en lo que respecta a la busca de entendimiento acerca de la influencia recibida por aquella reforma del ambiente ideológico y político de la Europa iluminista en el período analizado. Considerado del punto de vista temporal, su estudio, aunque esté centrado en el corto período ya señalado, se apoya claramente en una habilidosa estrategia de retrocesos y avances, que la lleva a reconstruir la reforma Pombalina, a partir de la confrontación entre sus antecedentes y la dinámica posterior al reinado de D. José, para examinar de donde aquella reforma partió en términos de estructura escolar y adonde llegó, en la fase posterior a la caída del Ministro Pombal, recriando, así, la tríada pasado/presente/futuro como lugar de observación de la historia y evitando la narrativa de base cronológico-lineal, tan común a los estudios de historia educacional basados en fuentes documentales y archivos oficiales.

Palabras clave: Historia de la Educación; Clases Régias; Aurea Adão.

ETAT ABSOLU ET “ENSEIGNEMENT DES PREMIÈRES LETTRES: LÈS “ÉCOLES ROYALES” (1772-1794), DANS LA THESE D’AUREA ADÃO (1997)

Résumé

L’analyse de l’étude d’Aurea Adão sur les “cours royaux”, institués par la politique du marquis de Pombal à la deuxième moitié du siècle XVIII, ici présentée, integre une recherche plus ample sur l’histoire de l’éducation portugaise. L’oeuvre abordée a des qualités à l’exces pour que nous comprenions la signification très spéciale qu’elle a acquis dans l’ensemble d’imitatives de cette historiographie-là, soit pour considérer l’histoire comme un office, appliquée aux exigences du rigueur méthodologique, ce que c’est démontré par la manière comme elle traite les sources des documents et leurs lacunes, soit par l’attitude de précaution qu’elle adopte dans ses explications et ses évaluations de la signification de la Réforme de Pombal et de ses dédoublements pendant le règne de D. Maria, concernant l’enseignement élémentaire et la confrontation établie avec l’historiographie consultée. Sa position en tant qu’ historienne a l’air d’être en equilibre permanent, en évitant de reproduire des jugements

idéologiques très communs qui tombent sur des apologies claires ou des critiques sans fondement parce qu'elle se base sur la lecture interrogative des sources choisies et dans la confrontation historiographique, à l'égard de la recherche de la compréhension de l'influence reçue, par cette réforme-là, de l'ambiance idéologique et politique de l'Europe illuministe dans la période analysée. Considéré du point de vue temporel, son étude, bien qu'il soit centré dans la courte période déjà signalée, se base évidemment sur une ingénieuse stratégie de reculs et d'avancements, qui reconstruit la réforme de Pombal à partir de la confrontation entre ses antécédents et la dynamique postérieure au règne de D. José, pour observer d'où cette réforme-là a parti relativement à la structure scolaire et où est-elle arrivée dans la phase postérieure à la chute du Ministre Pombal. Ainsi elle recrée la triade passé/présent/futur comme place d'observation de l'Histoire et elle évite la narration de base chronologique-linéaire, si fréquente dans les études d'histoire de l'éducation basés sur des sources documentaires et des archives officielles.

Mots-clés: Histoire de l'éducation; Cours Royaux; Áurea Adão.

Para analisar uma contribuição particular referente ao capítulo das *Aulas ou Escolas Régias*, nos marcos da história política de Portugal, começaremos por tecer algumas considerações preambulares sobre o lugar que a mesma ocupa no interior da sua produção historiográfica.¹ Ainda que a obra de Áurea Adão não pretenda alcançar os desdobramentos da reforma de Pombal sobre a então colônia do Brasil, a não ser na alusão que faz ao ato de expulsão dos Jesuítas, consideramos imprescindível enfocá-la, exatamente por ser este um período pouco estudado e porque acreditamos que para bem entender a nossa própria história, precisamos vinculá-la à de Portugal, em especial, no seu passado anterior à independência, sob pena de projetarmos um olhar, quantas vezes, desavisadamente republicano sobre uma época em que imperava o regime colonial.

Seguindo a tradição mais geral de formação do campo, a História da Educação portuguesa partiu do mapeamento das idéias pedagógicas e da legislação educacional, para depois ocupar-se com o entendimento do ensino escolar e da formação de professores, em especial, nas quatro últimas décadas do século XX, quando as pesquisas em andamento na área acompanham uma tendência mais geral oriunda da França, que tem tido na “história do livro e da leitura” e das “instituições e práticas educacionais” dois fortes esteios. Assim, a reflexão sobre os seus marcos de periodização tem ficado subjugada aos resultados de investigações de envergadura cultural bem mais ampla, do que a busca mera e simples por uma história geral da escola, com base na ação do Estado e da sua legislação educacional, o que a tem afastado,

¹ Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a questão da temporalidade e concepção de história na historiografia portuguesa, realizada por ocasião do nosso Estágio Pós-Doutoral junto à Universidade de Lisboa, no período de maio de 2006 à abril de 2007, sob a coordenação do historiador Justino Pereira de Magalhães, com bolsa de estudos concedida pela CAPES.

gradativamente, do formato estrito de uma história política e oficial².

Isso explica a ênfase atual dada à história da alfabetização, aos usos sociais da leitura e do livro, bem como de sua circulação, agora não mais circunscrita ao espaço institucional da escola, embora esta funcione como contraponto ao universo social que a circunda e extrapola. Todavia, os dois recortes temáticos e metodológicos de história da educação parecem conviver, lado a lado, porque ela incide tanto sobre a construção das instituições e reformas escolares, quanto busca a história da leitura e da escrita, vista como prática cultural mais ampla, interessada, inclusive em entender a sua relação com as atividades administrativas, eclesiais e comerciais³, a oralidade, a dimensão étnica identitária, a infância e a divisão social de gênero, com ênfase na educação da mulher.

O estudo de Áurea Adão sobre a reforma pombalina⁴ pode ser agrupado na primeira tendência, embora também tenha

² Diversas têm sido as iniciativas de balanço da produção no campo da história educacional em Portugal, nas duas últimas décadas; dentre elas, nos apoiamos aqui na coletânea organizada por Joaquim Ferreira Gomes, Rogério Fernandes e Rui Grácio, sob o título História da Educação em Portugal (1988); no livro organizado por Justino Pereira de Magalhães, Fazer e Ensinar História da Educação(1998); na obra retrospectiva de Joaquim Ferreira Gomes, Novos Estudos de História da Educação(2001) e na contribuição de A. Reis Monteiro, História da Educação: uma Perspectiva (2005).

³ Um marco dessa tendência é a tese de Justino Pereira de Magalhães(1994) Ler e Escrever no Mundo rural do Antigo regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Sob o prisma da história local, o Autor explora em fontes paroquiais o significado das assinaturas como indicador capaz de alimentar a reconstituição demográfica do letramento, no mundo rural, como contraponto à tendência, criada a partir do século XIX, de rastreamento dos níveis de alfabetização no espaço escolar e urbano.

⁴ Trata-se de um livro em edição esgotada, que hoje só pode ser encontrado em alfarrabistas, bibliotecas públicas e privadas. Esclarecemos que a apreciação que ora fazemos do estudo de Adão não está a ele restrito, posto que, além de integrar

traços da outra, o que a situa no ponto de intersecção entre as duas, trazendo-lhe esta posição a vantagem de cotejo e aproveitamento profícuo do que haja de melhor nas duas formas de fazer História educacional. Sendo uma investigação que procura aprofundar um período considerado crucial para a história educacional de Portugal, e também para o Brasil, está entre os mais importantes trabalhos daquela historiografia, nas últimas décadas, preenchendo uma lacuna já bastante comentada em nossa área.⁵

Na apresentação do estudo da Autora, produzida que foi sob o feitiço de tese de doutoramento, Rogério Fernandes, tece as seguintes considerações, as quais queremos citar na íntegra, para efeito de visualização do plano geral da referida tese e da impressão

um projeto maior de pesquisa sobre a historiografia educacional portuguesa, só foi possível realizá-la após inúmeras outras consultas bibliográficas na área.

⁵ Áurea Adão – A autora começou a ocupar-se com pesquisa social no Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, na década de 1970. Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, defendeu tese sobre os liceus portugueses, base da sua posterior dissertação de mestrado, publicada sob o título *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses: organização administrativa e pedagógica (1836-1860)*. Como bolsista da FCG, deu início ao seu Doutoramento em Bordéus/França, onde apresentou a Tese *Estatuto socioprofissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*, publicada em 1984, pela mesma Fundação, onde também participou da organização do I Encontro de Historiadores da Educação (1987). Mais tarde, viria a concluir Doutoramento na Universidade de Lisboa, sob a orientação de Rogério Fernandes, com a Tese *Estado Absoluto e Ensino das primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*, publicado em 1997, onde opera com um período curto e considerado muito significativo da história educacional de Portugal, por inaugurar a estatização da escola. Teve participação destacada em eventos internacionais da ISCHE, onde representou Portugal em sua comissão executiva; tem ainda participado activamente dos congressos Luso-Brasileiros de História da Educação (1996-2006), realizados a cada dois anos, sendo através deles também muito reconhecida no Brasil. Publicou vários outros trabalhos e, actualmente, é do quadro docente da Universidade Lusófona, em Lisboa, participa da Rede MANES de pesquisadores e da organização da Universidade Lusófona no Cabo Verde/África.

que causa no seu próprio Orientador de estudo, no momento de sua publicação, sabendo ser essa apreciação portadora de um conjunto de interrogações que estiveram presentes no percurso da investigação, funcionando como uma espécie de guia para as buscas por fontes diversas encetadas por Adão e, ao mesmo tempo, como indicativo da relação dialógica que foi estabelecida no processo de construção da sua tese e regime de orientação, numa parceria investigativa que vinha se formando em fase anterior, quando ambos integravam o mesmo grupo de pesquisa e tratavam da organização da área em Portugal:

Na realidade, Áurea Adão escolhe apropriadamente o quadro temporal em que vai operar porque o seu desígnio foi o estudo da emergência da escola oficial de ler, escrever e contar no âmbito do pombalismo e nas realidades escolares que lhe foram pré-existentes. Tal questão, porém, enreda-se com outras interrogações, a justo título consideradas fulcrais: qual foi o lugar ocupado por Portugal na realidade educativa europeia, qual o papel do estado no processo de implantação nacional do novo paradigma mediante a sua intervenção administrativa e gestonária, que novas condições foram acaso reconhecidas àqueles que tinham a responsabilidade de ensinar e quais aos que tinham possibilidade de aprender gratuitamente.

Tal conjunto de questões centrais desdobra-se ao longo de quinhentas páginas, densas e excelentemente informadas. Áurea Adão começa por abordar os antecedentes das escolas pombalinas, centrando-se na acção da Igreja mediante a Companhia de Jesus e a Congregação do Oratório e nas comunidades locais quanto ao primeiro ensino das crianças.

Do plano das iniciativas práticas passa a investigadora ao das conceptualizações e concretizações: a definição da política Josefina, as reformas postas em prática e as reacções que provocaram, conjunto de temas que nos introduz na política de D. Maria I em relação ao ensino elementar. Em seguida analisa com muito rigor a questão da uniformização deste sector e, logo depois, a sua

diferenciação mediante a criação das escolas régias femininas.

O capítulo III abre-se todo ele ao magno problema da administração do ensino, designadamente a direcção, o financiamento e a inspecção, tema que, em regra, é menosprezado.

Após uma análise fina da rede escolar e do sistema de ensino elementar, abrangendo escolas régias e conventuais, desbrava um terreno que também é esquecido com frequência: o da infância abandonada. É esse o tema do quarto capítulo, que nos traz importantes novidades.

Conteúdos e práticas de ensino, professores e alunos são temas que rematam o trabalho de Áurea Adão. De destacar, o capítulo VI, dedicado ao pessoal docente, onde achamos fartos motivos de informação e de reflexão.

Por fim, registre-se a inserção de uma abundante bibliografia, de documentação anexa e de preciosas informações acerca de fontes manuscritas e impressas, nomeadamente sobre manuais e livros escolares utilizados ao tempo.

Esclarecemos que o foco da nossa investigação recai sobre a dimensão da temporalidade inscrita na historiografia educacional portuguesa, o que envolve o exame de decisões metodológicas cruciais, como a utilização de cronologias, critérios de periodização e operações de confronto, avanços e recuos no tempo para o entendimento do fluxo dos acontecimentos, procedimentos que definem o que há de mais essencial na pesquisa histórica. A esse respeito, chama a nossa atenção, inicialmente, a datação e o curto período definido para a realização do estudo de Adão: 1772-1794. Sobre essa escolha, a própria autora tem uma justificativa:

As balizas cronológicas de delimitação do período a estudar, 1772 e 1794, não foram estabelecidas acidentalmente. O ano de 1772 marca a criação das escolas régias de ler, escrever e contar, cuja direcção e

administração estava a cargo da Real Mesa Censória e, a partir de 1787, da sua sucessora, a Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, abolida a 17 de Dezembro de 1794. Este final de ano constitui também o termo da nossa investigação. No entanto, como é óbvio, as fronteiras do período não são escrupulosamente respeitadas, pois será necessário fazer referências temporalmente posteriores e anteriores. (...)
(p. 07)

O critério adotado parece então ter em vista focar a sua atenção entre dois atos governamentais: 1) de “criação das escolas régias de ler, escrever e contar”; 2) o que abole a estrutura administrativa responsável pelo controle e fiscalização da rede escolar. Enquadra-se o estudo, portanto, no campo da história política da educação, no que respeita aos critérios de recorte temporal, muito embora a autora a transcenda, ao lidar ativamente com as fontes documentais, inquirindo-as porque quer perceber justamente a dinâmica escolar, a partir do perfil de alunos e professores, bem como de suas reações ao controle administrativo. Além disso, Áurea Adão também ultrapassa os marcos da sua periodização, em recuos e avanços no tempo, sempre que julga pertinente fazê-lo, a começar pela busca daquilo que ela própria denomina de “antecedentes das escolas régias pombalinas”:

Como é natural, a reforma pombalina dos Estudos menores de 6 de Novembro de 1772 não constituiu o ponto de partida para a abertura de escolas públicas de ler e escrever. Anteriormente, existia já uma rede escolar abrangendo todo o Reino, a cargo das câmaras, da igreja, de congregações religiosas e dos próprios pais. (p. 11)

É preciso destacar também que Adão não limita o seu período de estudo à ação de Pombal, estendendo-o para além da sua queda como Ministro, ocorrida em 1777, e incorporando a ação de D. Maria, como propulsora da reforma iniciada sob a regência de D. José, ao contrário do que nos faz pensar a

historiografia educacional alinhada com a exaltação do pombalismo, que vê na sua saída um retrocesso educacional. Da mesma forma, agirá a historiadora, ao mostrar que, antes de Pombal, havia iniciativas várias de ensino das primeiras letras, tanto por necessidades do aparato administrativo, especialmente, a partir dos Descobrimentos, quanto da própria Igreja Católica e das várias Ordens religiosas, no âmbito da educação moral e cristã. Destaca a seguir que o sempre referido “monopólio” dos Jesuítas no campo do ensino, não corresponde à realidade porque, além de ter sido dividido com outras ordens, como é o caso dos Oratorianos, não incidia sobre as primeiras letras e sim, “especialmente nos níveis médio e superior, não sendo o ensino elementar considerado como parte indispensável do seu programa educativo”. (...) (p.20)

A posição da autora contraria sobremaneira outras apreciações contidas na história educacional portuguesa que colocam a reforma pombalina como inauguradora da escola elementar pública e /ou a expulsão dos Jesuítas como um ato de expansão e transferência do ensino para as mãos exclusivas do Estado. As ponderações que faz ao confrontar os antecedentes daquela reforma com os seus desdobramentos posteriores, bem como a atenção que dá aos diferentes graus e às especificidades locais do ensino, oferecem um contraponto matizado e mais detalhado acerca do alcance das rupturas e, ao mesmo tempo, das continuidades existentes no âmbito da política de ensino e dos seus resultados, entre os períodos que estão fora do campo da ação do Ministro de D. José.⁶ A esse respeito é por demais elucidativa a seguinte conclusão de Adão:

⁶ A propósito do significado da política pombalina para a história educacional de Portugal, para efeito de um paralelo com a tese de Adão, temos a indicação de Justino Magalhães(1994), que, ao buscar estabelecer uma “periodização do processo de alfabetização dos portugueses”, mostra os avanços e recuos da procura por letramento desde o século XVI; no que respeita ao século XVIII, ele afirma que “é ainda com as gerações nascidas entre as décadas de 1730 e 1740(gerações adultas ao tempo de Pombal) que o número de alfabetizados cresce rapidamente

Como vimos, até à reforma pombalina, o Estado não tinha papel decisivo no domínio do ensino elementar. Competia, em muitos casos, às câmaras a escolha e pagamento do mestre, ainda que a sua nomeação dependesse de autorização régia sempre que envolvia dinheiros de impostos cobrados pelo poder central. Por seu lado, a Igreja pretendia exercer uma inspecção sobre o ensino da Doutrina Cristã, inspecção esta acerca da qual não sabemos, porém, até que ponto foi exercida na prática.

A proibição do ensino jesuítico, em 1759, não significou grande prejuízo para o primeiro grau de ensino, tendo em atenção que a Companhia não possuía uma extensa rede de escolas. No entanto, houve localidades que, a partir daí, ficaram sem aulas públicas, como o caso de Vila Nova de Portimão. (p. 33/34)

Ao tratar da relação entre as idéias educativas e a legislação de Pombal, Adão procura caracterizar o século XVIII em Portugal, como sendo de estabilidade política e, na Europa, de uma grande efervescência das idéias filosóficas de teor iluminista. Lembra que Pombal “tinha vivido dez anos em Londres e Viena” e que “conhecia o estado em que Portugal se encontrava em relação à Europa culta”, o que o levou inclusive a tecer a sua impressão sobre o assunto, aqui registrada e referida em texto da autora:

“Enquanto uma nova luz se derramou na terra, Portugal só, ficou nas trevas da mais espessa ignorância. (...) e as artes liberais penetraram por todas as nações do mundo, só o não puderam fazer em Portugal”. E afirmava. “O

para atingir um pico elevado por volta de 1760. O período final do século XVIII é de novo marcado por uma grande procura na alfabetização, a que não correspondem índices elevados no que se refere à prática da leitura e da escrita. Essas gerações, nascidas entre 1750 e 1760, sofreram os efeitos de uma certa desagregação das estruturas alfabetizadoras tradicionais na sequência da política pombalina, tardando a restabelecer-se o movimento de recuperação. É já a partir das últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, que volta a crescer a taxa de alfabetizados”. (...) (p.517).

governo político não se refina, senão à proporção, que as ciências especulativas lançam novas luzes nos espíritos da nação, ou vendo-se outras cortes. Há uma progressão contínua no sistema da Europa, que toma seu princípio nas belas artes. Se um Estado, se não sustem continuamente ao nível com os outros, nesta parte, fica sempre atrasado”. Mais tarde, imputou toda a responsabilidade do nosso atraso intelectual à Companhia de Jesus. (p. 41)

Como sabemos, o discurso de Pombal ficou poderosamente inscrito na memória nacional e inebria, há séculos, várias gerações de intelectuais e políticos portugueses, não sendo demasiado lembrar que é sobre ele que se edificará, em grande parte, a “crônica do atraso” de Portugal na história política do século XIX e na história educacional escrita no século XX. Áurea Adão, porém, não parece se deixar seduzir pela retórica do Marquês, do que resulta uma atitude por demais cautelosa de sua parte na apreciação que faz da reforma pombalina, sempre atenta aos exageros da historiografia consultada e a outras vozes dissonantes, inclusive quanto à imagem obscurantista que os adeptos de Pombal tentaram passar dos Jesuítas⁷, o que a leva a se

⁷ Sobre a peleja entre Pombal e a Companhia de Jesus, o estudo de José Eduardo Franco(2006) O Mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente(Séculos XVI a XX), oferece uma análise bem fundamentada em fontes diversas, onde mostra os antecedentes e sucedâneos do mito criado pela política pombalina de hostilidade aos Jesuítas. Para o Autor, “ainda hoje o entendimento das motivações que nortearam a acção política desta figura não é uma questão totalmente pacificada na nossa historiografia”(...); Franco lembra que naquela os campos se dividem, “vendo-se facilmente, de um lado, os autores simpatizantes ou adeptos militantes do antijesuitismo a valorizarem Pombal e a recriminarem os Jesuítas e, do outro, os filojesuítas a criminalizarem Pombal, fazendo-o um Nero dos tempos modernos, e a vitimizarem os inicianos, elegendo-os como os mártires do depotismo iluminado e ímpio.”(p. 322/323) Na historiografia brasileira, ocorreu muito fortemente, como sabemos, a começar pelo clássico estudo de Fernando de Azevedo, a defesa dos Jesuítas e a rejeição ao ato de expulsão da Companhia, por ser ela a organizadora do ensino e as Aulas Régias não terem funcionado, senão precariamente.

debruçar pessoalmente sobre os documentos oficiais do poder central, das localidades, de outras instituições e intelectuais, que tomaram parte da organização do ensino português. Sobre esse aspecto, vejamos o seguinte trecho:

(...) No início da segunda metade do século XVIII, já Ribeiro Sanches defendia que ao monarca competia servir-se das Luzes para o bem público: é do jus da Majestade fomentar e promover a utilidade pública e particular, com decência; e que nenhuma requer maior atenção no ânimo do Soberano, do que a Educação da Mocidade, que deve toda empregar-se no conhecimento, e na prática das virtudes sociáveis referidas, e em todos os conhecimentos necessários para servir a sua pátria”.

Quanto a nós, as reformas que se foram realizando obedecem a estes critérios, pois foram fruto da situação histórica e das condições da sociedade portuguesa. De acordo com J.S. da Silva Dias, o fulcro da sensibilidade de Pombal era a política: “Não se identificava com o cultural, o económico, o diplomático, o ideológico, o eclesástico, enquanto valores em si mesmos, mas enquanto instrumentos de uma política nacional e global, vocacionada para o engrandecimento do país no concerto europeu e para o progresso da sociedade, à escala do interno português.” (...) (p. 42/43)

Adão chama ainda atenção para o facto que, Pombal, “embora tenha recebido, em Maio de 1756, a pasta do Reino que abarcava todos os sectores da administração interna”, a reforma do ensino só será realizada anos depois, visto que as medidas mais urgentes a tomar, incidiam sobre os “assuntos comerciais e militares”. Assim, a cronologia da política educativa de D. José que a autora apresenta, merece ser destacada, face ao detalhamento que faz de todos os principais passos daquele governante em relação à execução de sua reforma educacional, nos diferentes graus de ensino, incluindo aquelas manobras adotadas em função de inesperados obstáculos à sua ação:

A primeira medida legislativa referente ao ensino no Reino foi tomada por Pombal a 19 de Abril de 1759, quando aprovou os Estatutos de uma Aula do Comércio, sediada em Lisboa. (...) Durante os primeiros anos de governo pombalino, a Companhia de Jesus manteve a superintendência em quase todo o ensino preparatório para os Estudos maiores. Com a publicação da sentença de sua expulsão de todo o território português, em 12 de Janeiro de 1759, por crime de lesa-majestade e com a confiscação de todos os seus bens, Pombal ficou confrontado com a inexistência de estabelecimentos de ensino que pudessem receber os estudantes dos colégios jesuíticos. Por isso (...) D. José publicou a 28 de Junho de 1759 uma 'geral reforma' destinada a ser aplicada "no ensino das classes, e no estudo das Letras Humanas"(...) A Lei de 28 de Junho de 1759 impunha pela primeira vez uma centralização régia directiva (...) de ensino, com a criação do cargo de Director Geral dos Estudos"(...) foi criado em Lisboa, a 7 de Março de 1761, o Real Colégio dos Nobres(...), "que veio a abrir em 1766(...). Entre 1760 e 1769, a preocupação central do governo pombalino incidiu, primeiro, sobre problemas militares e, depois, procurou debelar a crise económica com o reforço dos privilégios mercantis e o melhoramento da cobrança de impostos. A quarta fase (1770-1777), de fomento industrial, resultou da crise do ouro do Brasil e das produções coloniais, obrigando a estimular a produção de artigos portugueses que pudessem abastecer o mercado interno. Foi neste último período que se registaram as duas reformas de ensino mais importantes: a reforma da Universidade e a dos estudos menores. (p. 43-47)

Uma posição inovadora da historiadora Áurea Adão diz respeito ao modo como ela caracteriza as influências de concepção recebidas para a elaboração da lei que instituiu a reforma Pombalina do ensino, a começar pela busca em ressaltar a contribuição dada pela "prata da casa", muito embora se queixe de fontes seguras acerca do assunto. Chama atenção, todavia, a dúvida por ela lançada acerca do peso efetivo das idéias iluministas

e estrangeiras naquela legislação, conforme podemos observar no trecho abaixo:

Na elaboração da lei parece não ter havido influência directa de modelos de países mais adiantados, mas a experiência da história portuguesa e dos acontecimentos mais recentes. As influências são especialmente de Luís A. Verney mas pouco se sabe de quem trabalhou no projecto. O preâmbulo da lei informa ter sido recolhido “o parecer dos homens mais doutos, e instruídos nesse género de erudições. De acordo com António Cruz, haveria contributos do lente da Universidade de Coimbra, António Dinis de Araújo, do professor António Félix Mendes e de Frei Luís de Monte Carmelo. Nesta primeira reforma dos Estudos menores, que revestiu principalmente um carácter executivo, as concepções iluministas são escassas. Apenas se afirmava que “da cultura das Ciências depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio delas a Religião, e a justiça na sua pureza, e igualdade” e que “foram sempre as mesmas Ciências o objecto mais digno do cuidado dos Senhores Reis(...) que com as suas reais providências estabeleceram, e animaram os Estudos Públicos. (p. 46)

Contudo, mais adiante, Adão irá admitir a influência inclusive de Pombal, no texto da Lei, contidas em suas exposições, com base em sua experiência como diplomata na Áustria, onde tivera contacto também com outros governos, e recebera, particularmente, “inspiração nos diplomas que os reis da Prússia publicaram com o objectivo de colocar a educação subordinada ao Estado”, lembrando que, “na segunda metade do século XVIII, a acção escolar de Frederico II tornou o ensino público totalmente independente da Igreja.” (p. 53/55)

Procedendo a um balanço sobre o tratamento dado à reforma de Pombal pela historiografia portuguesa, Adão chama atenção para a existência de duas posições possíveis: 1) do seu sentido de “renovação cultural”; 2) ou de exemplo ruinoso. Lista então alguns autores que enaltecem a obra de Pombal: Emygdio

Garcia, Agostinho Fortes, Alves dos Santos, D. António da Costa e António Ferrão. (p.59/60)

Lembra a esse respeito que, até os anos 1980, o estudo de António Ferrão, sob o título *O Marquez de Pombal e as reformas dos Estudos Menores*(1915), era visto como referência obrigatória. (p.49) Revisita alguns outros estudos que se lhe seguem. Informa que, por ocasião do bicentenário da morte de Pombal, em Colóquio internacional, no conjunto de comunicações publicadas em 1984, é visível a preocupação dos historiadores com a sua ação governamental, mas que havia apenas “um pequeno número de trabalhos sobre os Estudos Menores. Prossegue dizendo que “depois das comemorações, são as teses de doutoramento dos historiadores António Nóvoa(1987) e de Rogério Fernandes(1994) que dedicam maior interesse ao tema.” (p.50)

Caracteriza a seguir os atributos inovadores da Reforma dos Estudos Menores, após enfatizar que ela ocorre mais de uma década após a expulsão dos Jesuítas, com as seguintes características: “1) um sistema de Instrução Pública nacional; 2) gratuidade do ensino; 3) conversão dos mestres em funcionários do Estado, 4) administração estatizada das estruturas escolares.” Destaca, contudo, que “as escolas de ler, escrever e contar”, então criadas, não excluem o “ensino da Doutrina Cristã” e, como novidade, inserem o “ensino das Regras de Civilidade”. Salienta que, “no contexto europeu, a reforma de Pombal de 06/11/1772 constitui uma das primeiras tentativas de organização de um sistema de ensino elementar oficial, na Europa, com exceção da Prússia, que o criara muitos anos antes”. Desconfia que um documento de exposição sobre “a decadência do ensino de Primeiras Letras, apresentado por dois mestres de Lisboa, examinado pela Real Mesa Censória” possa ter contribuído para a instalação da Reforma de Pombal. Alude à realização do primeiro censo escolar em Portugal, com base em ofício dirigido pelo Poder Central a pedir informações sobre o número de escolas existentes. Afirma que “o projecto de reforma da responsabilidade da Real

Mesa Censória ficou concluído no verão de 1772, tendo sido enviado ao rei, sob a forma de “consulta”, em 3 de Agosto”. (p. 50-53)

A autora defende a posição contrária aos que acreditam ter sido a Reforma pombalina de carácter popular irrestrito, pois “com a criação das escolas régias de ler, escrever e contar, o Marquês de Pombal não tinha em vista alfabetizar as classes populares, mas tão só beneficiar a nobreza de toga, os proprietários fundiários e a burguesia em geral”; salienta que o ensino régio “se dirigia aos rapazes que iriam seguir as artes liberais, aos que iriam trabalhar no comércio e em algumas artes mecânicas, bem como alguns filhos de cultivadores proprietários e arrendatários; cita o preâmbulo do diploma da lei, onde se lê um destaque sobre “os que ficarão afastados do ensino”: “os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos e nas Artes Fabris, que ministrarão o sustento dos Povos que constituem os braços do Corpo Político”, para quem bastava o ensino da doutrina Cristã ministrado pelos párocos.” Adão lembra ser necessário distinguir Iluminismo e Classes Populares, mesmo em se tratando da França; apoiada em Richelieu, mostra que o pensamento mercantilista é contrário à educação popular; que mesmo Voltaire chegou a afirmações como: “parece-me essencial que haja pobres ignorantes”. (p.60-61)

Em suas considerações gerais sobre a Reforma de Pombal, Adão apresenta suas conclusões sobre o assunto, desmascarando o seu caráter supostamente laico e evidenciando que se o Estado Absoluto português não desejava mais partilhar o poder administrativo sobre o ensino com a Igreja, também não queria dela se apartar:

As reformas pombalinas de ensino não foram de oposição clara à Igreja e a tudo o que era religioso; procuraram, isso sim, que esta instituição perdesse a capacidade de administrar o sistema escolar. O que se pretendia era a centralização de todo o ensino no poder régio e nos seus funcionários, não abandonando, todavia, os princípios

religiosos. Não se impôs uma laicização do corpo docente, nem tão pouco foram afastados os conceitos religiosos dos conteúdos do ensino. (p.65/66)

Chama ainda atenção para o entendimento que D. José e o seu Ministro tinham de Regalismo, lembrando que ambos consideravam “o poder temporal como autónomo e independente do poder espiritual, emanado directamente de deus para o rei”. A esse respeito, contudo, enfatiza Adão que, “no entanto, nunca existiu emancipação do estado relativamente à religião e o culto católico nunca foi suprimido.”(p. 67)

O tratamento cronológico minucioso com que opera a sua investigação para elucidar passo a passo a política de Pombal no campo do ensino é outra característica importante do estudo em foco, que lhe permite examinar o alcance da cada medida governamental, a começar pela datação mais famosa de inauguração da estatização:

O primeiro passo de estatização do ensino deu-se em 1759, ao nível das Aulas de latim e de Humanidades, com a abolição do ensino jesuítico e a criação do cargo de Director Geral dos Estudos, que seria preenchido por indicação do próprio rei e dele dependente directamente, com “jurisdição privativa, exclusiva de toda e qualquer outra jurisdição”. (...) A estatização do ensino elementar teve lugar em 1771, com a entrega da sua direcção à Real Mesa Censória, que, tal como o Director Geral dos Estudos, ficava dependente do rei. (p.68)

A Autora examina também com acuidade a relação entre Iluminismo e Catolicismo na condução da Reforma do ensino, chegando mesmo a falar “do carácter católico do Iluminismo português”, o qual considera ter sido posto em dúvida algumas vezes ou mal interpretado pela historiografia, face ao episódio da expulsão dos Jesuítas que inaugurou o processo reformista. Sobre esse aspecto crucial daquela reforma, ela afirma:

Não encontramos textos da Real Mesa Censória que reflectissem o seu espírito regalista como acontecera com o Director Geral dos Estudos. Em consonância com o carácter católico do Iluminismo português, não se pôs em questão o papel da formação religiosa, o valor e os benefícios da religião. Não pretendia o Rei nem a Real Mesa Censória, afastar das populações o ensino da Doutrina Cristã. Até mesmo para aquele grupo a quem se vedava a frequência escolar eram preconizadas as “instruções do pároco”. A dimensão religiosa da actividade educativa era considerada essencial e um dos objectivos práticos do ensino elementar. Os textos destinados à leitura e escrita continuavam ligados a matérias da Igreja e toda a educação moral da criança revestia um carácter religioso(...). A 16 de Fevereiro de 1760, o Director Geral dos Estudos recomendava ao Comissário do Lamego que na constituição dos primeiros júris dos exames dos professores régios, se houvesse “pessoas doutas que sejam ou cónegos ou ministros ou seculares ou eclesiásticos, e de boa honra e consciência que queiram, convidados, fazer esse serviço a Sua Majestade seria de aproveitá-los”. (...) Embora sem o estatuto de escolas régias, durante o governo pombalino algumas ordens religiosas mantinham escolas públicas, como era o caso dos religiosos de Santo Agostinho, dos paulistas e dos Oratorianos. (p. 68-70)

Um outro aspecto que mereceu a atenção de Adão diz respeito às reacções de oposição e de crítica à Reforma pombalina, a começar pelo próprio Ribeiro Sanches, que, para ela, “afirmava ser “prejudicial ao jus da majestade a ao bem do Reino” que os eclesiásticos fossem mestres da juventude, por ser “destinada a servir à pátria no tempo de paz e da guerra”(…). Assegura a autora que havia muitas frentes contrárias à Reforma, sendo que “umas provinham da parte da hierarquia eclesiástica que não aceitava o processo de estatização do ensino e temia a sua perda de influência; outras eram manifestadas localmente por pessoas influentes, saudosas do ensino jesuítico e que não aceitavam qualquer tipo de inovação ou mudança; finalmente, outras eram

fomentadas por professores e mestres particulares que experimentavam prejuízos pessoais com a fuga dos alunos para as aulas gratuitas. (...)” (p.71)

Mas, ao nosso ver, o mais inovador de sua estratégia de análise é o tratamento dado ao período posterior à saída de Pombal, quando a reforma estará sob a direção do governo de D. Maria, de 1777 à 1792. A esse propósito, ao mesmo tempo que Adão mostra a “evolução do ensino elementar”, discute a posição de alguns historiadores que consideram o período mariano como de retrocesso no campo do ensino, à luz de medidas da Real Mesa Censória para a aprovação da expansão da rede escolar e aumento de “mais 726 lugares para todo o Reino”:

No início deste século, Alves dos Santos afirmava que se tinha destruído a organização pombalina e que fora “uma verdadeira catástrofe para a instrução do povo”; para ele, a “vitória do obscurantismo não podia ser mais rápida, nem mais completa.” Contudo, na realidade, no ensino elementar a acção foi positiva, tendo sido aproveitado o que fora promulgado e prosseguido o crescimento da rede escolar, podendo neste domínio ser aplicada a noção dada por Caetano Beirão quanto ao termo “viradeira”: “reacção contra o que estava é certo, mas em que as perseguições se reduziram ao indispensável, as reparações se estenderam ao que se pôde e se tratou de, aproveitando o que de útil fora antes feito, conjugar o tradicional, que havia sido ofendido, com as inovações de uma época progressiva. (p. 75)

Adão examina ainda o carácter limitado do alcance numérico do acesso ao ensino, à época da política de Pombal e, depois, de D. Maria, especialmente nas áreas rurais, em fins do século XVIII, quando “possuir conhecimentos elementares continuava a não representar uma primeira necessidade para a maior parte da população. Nas regiões rurais, a escola pouco importava para aqueles que estavam imersos em uma cultura oral e que nada vislumbravam para além do horizonte da sua aldeia.” (...) (p.79) Mostra também que não foi alcançada a “uniformização do

ensino”, ficando este submetido aos mestres. Ocupa-se com a “educação do sexo feminino”, evidenciando a predominância da imagem de inferioridade intelectual da mulher à época e as resistências das autoridades governamentais em estender o ensino às moças, o que só acabou sendo feito por iniciativa das ordens religiosas, como é o caso das Ursulinas e da Visitação. Lembra, porém, que, no ano de 1790, a Real Mesa Censória daria autorização para a instalação de 18 mestras na Corte para ensinar gratuitamente às meninas, o que considera uma medida avançada do reinado de D. Maria. (p.87-88)

Em seu balanço final do capítulo, a autora, contrariando a tese da famosa corrente em defesa do retrocesso educacional que teria acompanhado a queda do Ministro de D. José, mais uma vez, assim se posiciona:

Após a morte de D. José e o afastamento de Pombal, não podemos afirmar que o ensino régio de ler, escrever e contar fosse abandonado ou, muito menos, entrasse em declínio. Com a lei de 16 de Agosto de 1779, antes se registou um alargamento muito considerável da rede escolar, na qual o ensino conventual não chegou a corresponder a um quinto do total de lugares previstos. As populações e os seus directos representantes tiveram então papel activo.

Até ao final do século, não se publicou qualquer outra reforma, embora os governantes tenham manifestado em mais de uma ocasião a necessidade de se proceder a modificações. (p.89)

Não iremos nos deter aqui no exame pormenorizado da dinâmica administrativa e pedagógica do ensino que Adão apresenta, a partir do terceiro capítulo do seu livro, mas gostaríamos de ressaltar, à guisa de resumo, que a sua análise continuará a ser pautada na análise criteriosa, exploração meticulosa e hábil das fontes documentais consultadas, para entender, desta feita, o funcionamento da Reforma Pombalina, nos dois períodos governamentais, que envolvem o reinado de D.

José e de D. Maria. Focaliza o sentido da criação da Real Mesa Censória, em 1768, de sua reforma, em 1787 e extinção em 1794; sua composição e papel central na administração do ensino, por 36 anos; as querelas que enfrenta com os agentes periféricos e intermediários nas localidades; o financiamento do ensino e o imposto literário, as irregularidades na sua aplicação e a dificuldade da actividade de inspecção. Analisará, nos 4 capítulos seguintes, o “sistema de ensino elementar”, a rede escolar montada em Portugal, evidenciando as diversas formas que a escola assumiu efectivamente, coexistindo ao lado das escolas régias, as congregações religiosas, escolas pagas por doações, colégios particulares e os mestres itinerantes que davam aulas nas casas de família; o mapa de pagamento dos ordenados dos mestres, como meio de conhecer a distribuição e quantidade das escolas em rede, nas diversas regiões e comarcas do país, a distinção entre escolas dos centros urbanos e áreas mais rurais, como as conventuais; escolas de irmandades para raparigas. Chegará ao exame de conteúdos e práticas do ensino, perfil e acção docente e do alunado.

O estudo de Áurea Adão, com vimos, tem qualidades em demasia para que entendamos o significado muito especial que adquiriu, no conjunto de iniciativas da historiografia educacional portuguesa, seja por tratar a História como ofício, atenta às exigências de rigor metodológico, o que é demonstrado pelo modo como lida com as fontes documentais e suas lacunas; seja pela atitude de cautela que adota em suas explicações e avaliações do significado da Reforma de Pombal e dos seus desdobramentos no Reinado de D. Maria, em relação ao ensino elementar e no confronto estabelecido com a historiografia consultada. A sua posição como historiadora parece ser de equilíbrio permanente, evitando reproduzir juízos ideológicos muito comuns que recaem em apologias claras ou críticas infundadas, porque se apoia na leitura interrogativa das fontes escolhidas e no confronto historiográfico, no que respeita à busca de entendimento acerca da

influência recebida por aquela reforma do ambiente ideológico e político da Europa iluminista no período analisado.

Considerado do ponto de vista temporal, o seu estudo, embora esteja centrado no curto período já assinalado, se apoia claramente numa habilidosa estratégia de recuos e avanços, que a leva a reconstruir a reforma Pombalina, a partir do confronto entre os seus antecedentes e dinâmica posterior ao reinado de D. José, para examinar de onde aquela reforma partiu em termos de estrutura escolar e aonde chegou, na fase posterior à queda do Ministro Pombal, recriando, assim, a tríade passado/presente/futuro como lugar de observação da história e evitando a narrativa de base cronológico-linear, tão comum aos estudos de história educacional baseados em fontes documentais e arquivos oficiais.

Nem por isso, contudo, Adão despreza a cronologia oficial inscrita na legislação que dá materialidade àquela reforma do ensino, na qualidade de ação política estatal. Também não se limita aos textos da legislação, na medida que investiga o seu alcance efectivo em práticas pedagógicas. Procura ainda entender a reforma pombalina em atitude de respeito ao espírito e horizontes políticos e ideológicos do século XVIII, não imputando a ela valores republicanos ou do tempo de onde parte para investigá-la. Certamente, por isso, evita enunciados de natureza valorativa como a do “atraso” de Portugal, até porque compreende que, no caso da Reforma que analisa, Portugal está politicamente à frente dos demais países da Europa, excepto da Prússia, ao promover uma reforma que leva à estatização do ensino. Convém não esquecer que essa iniciativa parte de um Estado Absoluto e Monárquico, trinta anos antes da famosa Revolução francesa abalar o alicerce do chamado Antigo Regime na Europa e disseminar a proposta de que a educação pública seja tarefa primordial do Estado republicano.

Referências

ADÃO, Áurea (1997). *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação, 527p.

CARVALHO, Rómulo de (2001). *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Serviço de Educação e Bolsas/Fundação Calouste Gulbenkian. 3ª edição. 962p.

CURTO, Diogo Ramada (1998). “A Comparação em História: notas de investigação”. In: Comparação. Leituras. Revista da Biblioteca Nacional, nº 3 Outono, pp.95-101.

DICIONÁRIO ILUSTRADO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL(1993). Publicações Alfa, (2 volumes).

FERNANDES, Rogério (1994). *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto, Porto Editora, 734 p.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente(2006)*. Lisboa, Gradiva, 2vols., 1090p.

GOMES, Joaquim Ferreira; FERNANDES, Rogério; GRÁCIO, Rui (1988).*História da Educação em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte. Biblioteca do Educador.

GOMES, Joaquim Ferreira. *Novos Estudos de História da Educação(2001)*. Coimbra, Quarteto Editora, 265p.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. (1994) *Ler e Escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga, Instituto de Educação/Universidade do Minho, 595p.

_____. (Org.) (1998) *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga, Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 331p.

MONTEIRO, A. Reis (2005). *História da Educação: Uma Perspectiva*. Porto, Porto Editora, 173p.

NÓVOA, António (1987). *Le Temps des Professeurs – Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII – XX siècle)*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

Maria Juraci Maia Cavalcante tem doutorado em Ciências Sociais e Econômicas pela Universidade de Oldenburgo na Alemanha (1995); é Pós-Doutora em Política Educacional pela Universidade de Colônia na Alemanha (1999); e Pós-Doutora em História Educacional pela Universidade de Lisboa, de Portugal (2006-2007). É Professora Titular da FACED/UFC, desde 1998.

Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Departamento de Estudos Especializados.

Rua Walderi Uchoa, 01

Benfica

60020-110 - Fortaleza, CE - Brasil

Telefone: (85) 40097679 Fax: (85) 40097680

E-mail: juramaia@hotmail.com

Recebido em: 18/11/2007

Aprovado em: 15/05/2008